

Agricultura para o *buen vivir*: o estudo de caso da experiência agroecológica e econômica solidária da Central das Associações dos Agricultores Orgânicos do Sul de Minas (OSM)

Agricultura para buen vivir: el estudio de caso de la experiencia agroecológica y económica solidaria de la Central de Asociaciones de los Agricultores Orgánicos Sur de Minas (OSM)

Agriculture for buen vivir: the case study of the agroecological and solidarity economic experience of the Producers Association Central of South of Minas Organics (OSM)

Mariana Martins*

marianaj_martins@hotmail.com

Aloisia Hirata**

aloisia.hirata@ifsulde Minas.edu.br

Resumo: Este trabalho objetiva demonstrar como a ontologia ética do Buen Vivir, as práticas da Economia Solidária (ES) e da Agroecologia se aproximam como resistência e crítica ao modelo de desenvolvimento conferido à agricultura. Ao alinharmos teoricamente o Buen Vivir, a ES e a Agroecologia devido à proximidade das suas ontologias e práticas ao se pensar na cadeia produtiva, a partir de uma ótica decolonial, evidenciamos práticas organizativas que buscam a socio sustentabilidade como uma filosofia de vida. Apresentamos um estudo de caso junto às entrevistas semiestruturadas da Central das Associações dos Agricultores Orgânicos Sul de Minas, como organização que vivencia a prática de resistência e promove agricultura alternativa. As análises, realizadas via análise de conteúdo, resultaram nas seguintes categorias: entendimento da agroecologia como modo de vida; a valorização e conscientização da relação ser humano-natureza; a socio sustentabilidade nas relações sociais e de produção; saber local como resistência à agricultura convencional: as análises mostram que a socio sustentabilidade, baseada na ontologia ética do Buen Vivir e com nova estrutura das relações de produção, a partir da prática da Economia Solidária e da Agroecologia.

Palavras-chave: agroecologia, Buen Vivir, Orgânicos Sul de Minas.

Resumen: Este trabajo tiene como finalidad demostrar de qué manera la ontología ética del Buen Vivir y las prácticas de la Economía Solidaria (ES) y de la Agroecología se acercan como formas de resistencia y crítica al modelo de desarrollo conferido a la agricultura. Alineando teóricamente el Buen Vivir, la ES y la Agroecología,

* Mestra em Administração, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais (CEPEAD/UFMG). Pesquisadora e Bolsista CNPq do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS/UFMG), Belo Horizonte, Brasil.

** Doutoranda, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas (FEAGRI/UNICAMP), Téc. Assuntos Educacionais, Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), Pouso Alegre, Brasil.

debido a la proximidad de sus ontologías y prácticas al pensar en la cadena productiva, desarrollamos en presente trabajo a partir de un abordaje decolonial, evidenciamos prácticas organizativas que buscan la sostenibilidad social para una filosofía de vida. Presentamos un estudio de caso junto a las entrevistas semiestructuradas de la Central das Associações dos Agricultores Orgânicos Sul de Minas [Central de Asociaciones de los Agricultores Orgánicos Sur de Minas], como organización que vive la práctica de resistencia y promueve agricultura alternativa. De los análisis de contenido resultaron las siguientes categorías: la comprensión de la agroecología como modo de vida; la valorización y concientización de la relación hombre-naturaleza; la responsabilidad social en las relaciones sociales y de producción; y el saber local como resistencia a la agricultura convencional; mostrando la responsabilidad social, basada en la ontología ética del Buen Vivir y con una nueva estructura de relaciones de producción, a partir de la práctica de la Economía Solidaria y de la Agroecología.

Palabras clave: agroecología, Buen Vivir, Orgánicos Sur de Minas.

Abstract: The present work aims to demonstrate how the ethical ontology of Buen Vivir and the practices of the Solidarity Economy (SE) and Agroecology converge, as a form of resistance and criticism to the model of development granted to agriculture. Aligning theoretically the Buen Vivir, the SE and the Agroecology, due to the proximity of their ontologies and practices when thinking about the productive chains, we develop the present work from a decolonial perspective, by which we display organizational practices that seek social sustainability as a philosophy of life. A case study is presented along with the semi-structured interviews of the Central das Associações dos Agricultores Orgânicos Sul de Minas (Producers Association Central of South of Minas Organics), an organization that experiences the practice of resistance and promotes alternative agriculture. The content analysis made referring to the understanding of agroecology as a way of life; the appreciation and awareness of the human-nature relationship; the social sustainability in production and social relations; and the local knowledge as a resistance to the conventional farming; showing the social sustainability, based on the Buen Vivir ethics and with a new structure of production relations, through the practice of Solidarity Economy and Agroecology.

Key words: agroecology, Buen Vivir, South of Minas Organics.

Introdução

Ao pensarmos nos modos de organizações socioeconômicas atuais, deparamo-nos com um movimento local que atinge âmbito global, referente a estrutura do Mercado; ao contrário à hegemonia deste, tal movimento possibilita que (re) surjam coletivos que propõem tanto a sociedade, como a economia, mais justas (Sabourin, 2014). Esta justiça socioeconômica visa cooperação entre os indivíduos e a natureza, de modo a buscar uma ressignificação das relações sociais e de produção. Nesse contexto, este trabalho objetiva demonstrar como a ontologia ética do *Buen Vivir*, as práticas da Economia Solidária (ES) e da Agroecologia se aproximam, como resistência e crítica ao modelo de desenvolvimento conferido à agricultura.

Assim, teoricamente alinhamos o *Buen Vivir*, a ES e a Agroecologia, devido à proximidade das suas ontologias e práticas ao se pensar na cadeia produtiva que valorize os seres humanos, os saberes locais e a natureza. Buscando resgatar e valorizar modos de vida pré-coloniais e os saberes locais, adotamos uma epistemologia decolonial, na qual abandonamos as colonialidades do saber, do poder e a do ser (Walsh, 2007), em prol da socio sustentabilidade. Tal proposta teórica e prática de se pensar os modos de produzir, organizar, consumir e de trabalho leva-nos a algumas indagações: Seria possível uma nova forma de se produzir alimentos? Estamos chegando ao ápice do chamado desenvolvimentismo? A solidariedade nas relações econômicas seria uma forma de se propor novas formas de organização e gestão? As pessoas estariam buscando novos modos de produzir e de se organizar? Temos experiências de valorização e resgate dos saberes locais?

A partir da proposta dos modos de organização, produção e economia convergentes entre o *Buen Vivir*, a Economia Solidária e a Agroecologia, apresentamos a experiência da Central das Associações dos Agricultores Orgânicos do Sul de Minas. Buscamos evidenciar como as práticas agrícolas e os modos de organizar baseados na solidariedade implicam na resignificação do produção, das relações de trabalho e da economia.

Após esta introdução, o trabalho está dividido em cinco partes. A segunda seção, conta com a discussão teórica que trata primeiramente da abordagem acerca da ontologia ética do *Buen Vivir* que propõe o resgate e a valorização dos saberes locais, dos indivíduos e da socio sustentabilidade (Mamani, 2010). Em seguida, veremos então que a ES, do ponto de vista teórico, no Brasil surge como um movimento prático e discursivo para geração de trabalho e renda que valoriza o ser humano, o desenvolvimento local e a autogestão. Posteriormente, a Agroecologia será abordada como prática de resistência à Revolução Verde, tratando-se de técnicas agroecológicas de agrossistemas sustentáveis, além, da ação coletiva por meio de sistemas de controle participativo de produção e comercialização. Para a promoção destes canais, há políticas públicas solidárias de desenvolvimento na agricultura. (Schmitt e Tygel, 2009). Como último campo temático a ser abordado, apresentamos os Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica (SPGs), como suporte legal para desenvolvimento local solidário. Na terceira parte trazemos o ponto de vista metodológico, no qual, optamos pela pesquisa de caráter qualitativo, apresentando um estudo de caso somado às entrevistas semiestruturadas. O estudo de caso é utilizado por ser uma metodologia que evidencia práticas e experiências que se tornam referências. Neste caso, do ponto de vista macro (Sul de Minas) à micro (nas propriedades dos agricultores e agricultoras) falaremos das novas formas de organização da gestão, produção e economia praticadas no contexto da Orgânicos Sul de Minas.

As entrevistas semiestruturadas também foram ferramentas metodológicas utilizadas, de modo a aprofundar a experiência relatada. A partir das entrevistas realizadas pudemos tratar, de forma mais analítica e interpretativa, questões que permeiam a organização e os modos de viver e produzir dos agricultores e agricultoras. Foram entrevistadas seis pessoas —três homens e três mulheres— consideradas lideranças para o início da Orgânicos Sul de Minas e que continuam sendo referência na organização. Na metodologia, apresentamos de forma mais aprofundada a justificativa da escolha pela paridade de gênero entre os entrevistados.

Atualmente a Orgânicos Sul de Minas é composta por 212 unidades produtivas, sendo que destas apenas 52 são representadas por mulheres, consideradas produtoras certificadas. Nas áreas gerenciais da Central e do SPG, as mulheres são 13 frente a 47 homens. Ainda que minoria significativa na organização, trazer a paridade de gênero para os entrevistados, implica em dar visibilidade à voz destas mulheres no campo da produção orgânica e agroecológica, bem como evidenciar como a presença das mulheres, em formas colaborativas de trabalho e organização, contribuem para a proposta do *Buen Vivir* e da economia solidária (Carta Política V Plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2012: 27-30).

Nas quinta e sexta partes do artigo estão as análises e a discussão dos resultados, além das considerações finais na qual apresentamos como a reciprocidade e resistência criam caminhos alternativos para um desenvolvimento rural sustentável. Mostramos ainda que o *Buen Vivir*, a Economia Solidária e a Agroecologia estão em um plano holístico de ontologias e práticas que se apresentam alinhadas para que haja atuação humana no sentido da prática do *Buen Vivir*.

1. A decolonialidade das relações econômicas, organizativas e de produção

1.1. A ontologia ética do *buen vivir*

A proposta do *Buen Vivir* é dada como alternativa a noção de “desenvolvimento” hegemônico no

qual a economia se sobressai aos seres humanos, bem como na relação deste com a natureza (Acosta, 2012). Assim, temos a origem do *Buen Vivir* no conceito *Sumak Kawsay* (quéchua equatoriano) e *Suma Qamaña* (aimará boliviano), representando o Viver Bem ou o Bem Viver (Brasil e Brasil, 2013). Ao buscar pelo *Buen Vivir* a vivência mais sociossustentável na relação do ser humano com a natureza, Arkonada (2010: 11), nos diz que: “Em aimará, *Suma* é traduzido como algo muito bom, excelente, plenitude. E *Qamaña* como conviver, viver em definitivo, de modo que o termo *Suma Qamaña* poderia ser traduzido mais aproximadamente como ‘vida em plenitude’, e uma tradução similar pode ser feita do termo quéchua *Sumak Kawsay*.” Da ancestralidade dos povos indígenas, temos que *Buen Vivir* não está restrito apenas ao resgate de saberes ancestrais, mas sim, a partir do momento que transcendemos estes saberes e modos de se viver para a atualidade, buscamos trazer para as dimensões socioeconômica, religiosa-transcendental e cultural a atualidade, para que haja sustento da convivência, solidariedade, qualidade de vida e reciprocidade de uma vida comum entre natureza e seres humanos (Acosta, 2012).

A proposta de vida mais solidária, está projetada na diversidade de comunidades e culturas em se viver, sentir e projetar o mundo por meio do conjunto da cosmovisão (Mamani, 2010). A partir do resgate da ancestralidade dos povos e comunidades andinas, evidenciamos a cultura da vida por meio do multiverso, no qual não tomamos apenas uma forma de poder, saber e ser como verdades inquestionáveis, mas sim, temos na diversidade o respeito em se ter a interrelação e conectividade com o mundo à nossa volta (Mamani, 2010). Este caminho é traçado de modo a evidenciar e valorizar a possibilidade mais justa da realidade socioeconômica e ambiental, por meio de um giro decolonial, dando ênfase aos nossos saberes, formas de vida e organização, de economia e de produção (Walsh, 2007). A proposta da decolonialidade reconhece, respeita e aproveita a diversidade dos saberes, de modo a romper com relações de poder dominantes (Acosta, 2012). Segundo Acosta:

O *Buen Vivir* é um conceito plural – melhor seria falar de “bons viveres” ou “bons conviveres” – que surge especialmente das comunidades indígenas, sem negar as vantagens tecnológicas do mundo moderno ou as possíveis contribuições de outras culturas e saberes que questionam diferentes pressupostos da modernidade dominante. O *Buen Vivir*, como é fácil de entender, nos obriga a repensar a forma atual de organização da vida, no campo e na cidade, nas unidades produtivas e nos espaços de convivência sociais, nos centros educativos e de saúde, etc. (Acosta, 2012: 202).

A partir do resgate das vivências e cultura ancestrais, trazemos para nossa atualidade e para projeção do futuro, a recuperação de uma vida em harmonia nas relações socioeconômicas e, destas, com a natureza. (Choquehuanca, 2010). Essa ligação de interdependência entre o passado, presente e o futuro das próximas gerações, pode ser apontado por León (2014: 24):

O *Buen Vivir* articula um acervo de visões e práticas presentes em nossa história e em nossa realidade contemporânea e que portanto, somente tem base concreta nas alternativas. O *Buen Vivir* não é somente uma utopia para o futuro, mas também, porções da nossa realidade; há o aqui e o agora, em nosso dia a dia, por assim dizer, pedaços do *Buen Vivir* que se fazem viáveis a esta proposta (León, 2010:24) [Tradução nossa].

E, se buscamos relações mais sustentáveis e com melhor qualidade de vida não ficamos presos apenas no âmbito privado, relacionado aos sujeitos e na consideração da natureza como sujeito de direito, mas temos também respaldo do *Buen Vivir* na economia, que tem como valor básico a questão

da solidariedade (Acosta, 2012). Ou seja, buscamos por meio do *Buen Vivir* o alinhamento à Economia Solidária, de modo a se buscar uma alternativa econômica ao sistema capitalista.

1.2. Economia solidária

A Economia Solidária (ES) é uma proposta alternativa ao sistema capitalista, que tem origem no século XIX. Ligado ao socialismo utópico e ao cooperativismo autogestionário do movimento operário em resposta ao cenário socioeconômico oriundo da Revolução Industrial (França Filho e Laville, 2004), surge como expressão de experiências de solidariedade e propostas coletivas de práticas econômicas, ao mesmo tempo em que, está relacionada às noções históricas de solidariedade (França Filho e Laville, 2004). Tais bases do movimento reconhecem o bem viver combatendo a mercantilização da vida e, promovendo a gestão comunitária, a reciprocidade e a promoção dos bens comuns (Schmitt, 2010).

No Brasil, a ES emerge na década de 1980, também com base em experiências associativistas de organização. No entanto, são nos anos 1990 que tal economia é ampliada no contexto socioeconômico do país presente em diversas experiências, além de forma crítica do modelo econômico capitalista neoliberal, do cenário de crise e desemprego. Assim, situa-se como alternativa e estratégia de atuação coletiva para geração de trabalho e renda (Schmitt, 2010).

O olhar alternativo sobre a ES coloca-a alinhada ao *Buen Vivir*, pois suas práticas e dimensões propõem modos de se viver contrários ao capitalismo (Léon, 2014). Justamente pela possibilidade que proporciona, a ES pode ser caracterizada a partir da coletividade dos empreendimentos que abarca, bem como da justiça econômica e democracia do espaço produtivo (Nascimento, 2011). Segundo Singer:

Economia solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano e não do capital, de base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida. Assim, nesta economia, o trabalho se transforma num meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações do trabalho capitalista (Singer, 2012: 37).

Com a centralidade no ser humano, na sustentabilidade das suas relações sociais e de produção promove experiências coletivas de trabalho e, conseqüentemente, outra proposta de gestão; neste caso, via autogestão, sem a hierarquização da organização da produção nem da gestão, mas sim a propriedade coletiva dos meios e produção e também, de sua organização e gestão (Singer, 2012). Além disto, a ES está relacionada à múltiplas posições, sendo regida por diversos princípios que valorizam o ser humano, a relação deste com a natureza, bem como a coletividade, cooperação e democracia (Sabourin, 2014). Deste modo, pensar a ES é promover a geração de trabalho e renda a partir de uma proposta sustentável que relaciona a valorização da natureza com a vertente econômica. Promove, também, um modo de vida mais solidário, o consumo consciente, o comércio justo e solidário, a valorização da diversidade e o desenvolvimento local (França Filho e Laville, 2004).

Diante da realidade da ES, podemos dizer que, as relações socioeconômicas com respaldo nesta, irão se desenvolver por meio do trabalho associativo, alinhado aos princípios de cooperação e solidariedade. Com isso, há promoção dessa economia, ressignificando os sentidos da produção, do trabalho, das trocas e do consumo, fortalecendo a reciprocidade existente entre os seres humanos e seu ambiente da produção (Pinto, 2006).

Garantir a articulação dos elementos que compõem a ES, significa que é possível acreditar na construção de empreendimentos que tenham como princípios a solidariedade, cooperação e

coletividade (Sabourin, 2014). Assim, alinhando a ES à valorização do saber local, à valorização da natureza e à socio sustentabilidade, podemos relacioná-la com a questão da segurança alimentar e nutricional, tendo na Agroecologia a redefinição da relação ser humano-natureza que influencia nas relações sociais e de produção. Desse modo, a justiça econômica que se promove via Economia Solidária alcança a dimensão ambiental.

1.3. Agroecologia

Em prol do *Buen Vivir*, temos na Agroecologia o cenário para incorporação de práticas técnico-produtivas e de organização socioeconômica que intervêm por meio prático e conceitual no pacote tecnológico da chamada Revolução Verde. Nesta, houve o alinhamento da mecanização do campo com a biotecnologia para a promoção e avanço de agrotóxicos e da transgenia (Schmitt e Tygel, 2009).

Ainda que houvesse a busca incessante pelo avanço tecnológico da produção agrícola, é incontestável a dependência que tal produção tem dos recursos naturais, contrapondo os discursos otimistas dos capitalistas agrícolas de superar os limites naturais (Assis, 2002: 10-11):

Esta constatação, embasada pelo aumento crescente dos problemas de degradação ambiental, aliada à má distribuição da riqueza gerada a partir do processo de industrialização da agricultura, justificou um aumento crescente da demanda por práticas alternativas, ecologicamente equilibradas para a produção agrícola, assim como pelo também crescente, reconhecimento científico do potencial dessas práticas (Assis, 2002:10-11).

Assim, contrária a proposta agrícola da Revolução Verde, surgem convergências e identidades em diversos contextos socioambientais como proposta alternativa ao modelo hegemônico vigente na agricultura. É a partir destas identidades que surge a Agroecologia, como campo social contra hegemônico, buscando romper com a agricultura convencional, não apenas no âmbito produtivo, mas, também, em diferentes dimensões dos sistemas agrícolas (Almeida, 2009).

Referente ao Brasil, é a partir das décadas de 1980 e 1990 que se inicia o questionamento quanto ao modo de produção e de vida postos pela agricultura convencional. Com isso, houve mobilização em prol de relações mais sustentáveis na prática da agricultura (Moraes e Sorrentino, 2017), não apenas restrito ao campo técnico-científico estava restrita à agroecologia, mas para além do manejo ecológico por ação coletiva (Guzmán, 2006), também fora “ferramenta de resistência dos camponeses e camponesas na proposição de um outro projeto de agricultura” (MMC Brasil, 2007).

Podemos dizer que a Agroecologia possui duas vertentes: uma, voltada para o âmbito técnico, da produção e outra voltada para sua prática como resistência ao desenvolvimento da agricultura convencional, e também como promoção da relação ser humano-natureza. Assim, do ponto de vista tecnicista, temos que a Agroecologia é vista como a aplicação de princípios ecológicos ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis (Guzmán, 2006). Já, com relação ao lado social da agroecologia, temos nesta, a prática de “um novo modo de vida rural, capaz de conjugar valores, qualidade de vida, trabalho, renda, democracia, emancipação política, em um mesmo processo” (Pádua, 2001:7).

Se, via Agroecologia busca-se viver este de modo ambientalmente sustentável, a partir do equilíbrio e melhoria na utilização de recursos locais e globais, promove-se modos alternativos em prol da qualidade de vida. Viver de maneira sustentável é estar a favor da natureza e ter a consciência de que resistir é possibilitar a vida de gerações futuras (Schmitt, 2010). Assim, alinhada ao *Buen Vivir*, a Agroecologia complementa de maneira significativa a o saber local, a natureza e promove a socio sustentabilidade (Moraes e Sorrentino, 2017).

A promoção da prática agroecológica em prol da sua “identidade” valoriza a relação ser humano-natureza de modo sustentável, pois vê na ação coletiva a possibilidade para que haja espaços democráticos e participativos nas relações de produção (Guzmán, 2006). Um desses espaços seria a estrutura da agricultura familiar, pois é modelo de produção de enfrentamento ao agronegócio, a partir da reorientação das políticas públicas voltadas para projetos e iniciativas em prol da Agroecologia com respaldo nos modos de organização propostos pela sociedade civil (Carta Política II ENA, 2006). Encontramos na estrutura de comercialização a promoção de novas relações entre produtores e consumidores, a partir de seus princípios orientadores.

1.4. Sistemas participativos de garantia de qualidade orgânica (SPGs)

Para a organização e articulação da Agroecologia, ressaltamos a também importância de políticas públicas (PPs) como canais viabilizadores de formas solidárias de desenvolvimento (Schmitt e Tygel, 2009), como os Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica (SPGs) criados pelo Decreto-lei nº 6.323/2007. Baseados na autogestão da cadeia produtiva da agricultura, contribuem para o desenvolvimento local solidário por meio da criação da identidade da ES e dos processos de certificação, fortalecendo as cadeias curtas de produção (Sabourin, 2014).

Os SPGs surgem como movimento de resistência dos agricultores alternativos da região Sul do Brasil ao modelo de certificação por auditoria, pois entendiam esta como um modelo excludente, devido ao seu alto custo e complexidade. Segundo a legislação brasileira, os SPGs representam um conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, regida por princípios, normas de organização e de funcionamento, que visam assegurar a garantia de que determinado produto, processo ou serviço e que atenda aos regulamentos técnicos da agricultura orgânica, e que seja submetido à avaliação participativa da conformidade (Brasil, 2009). Na prática, podemos assim dizer que representam um grupo de pessoas interessadas na produção, certificação e desenvolvimento de atividades que visam autonomia e fortalecimento dos agricultores e suas organizações. O SPG representa assim alternativa à organicidade, podendo ir além da oferta de um selo, pois, enquanto metodologia de organização social, promove o empoderamento dos agricultores, valorizando seu conhecimento tradicional e difundindo os resultados práticos (Leite, 2013).

Participação, confiança, transparência, autodeterminação, gestão em rede e troca de saberes são considerados princípios dos SPGs, sendo, portanto, condições básicas para que estes possam funcionar com eficiência e se tornarem mais que um simples mecanismo de certificação, mas também, instrumento pedagógico, capaz de motivar e articular produtores, consumidores, processadores, técnicos e instituições de ensino, pesquisa e extensão (Hirata, 2016). A existência dos SPGs deve estar relacionada à sociabilidade inerente a sua dinâmica de criação e funcionamento, e não somente ao controle da produção ou a obtenção de um selo (Thomson, 2014). Percebemos, pelos princípios que sustentam os SPGs, que estes vão muito além de uma questão organizativa e de produção, pois buscam criar mecanismos e ferramentas para apoiar uma agricultura que promova a participação e autonomia dos agricultores nos processos de produção e geração de credibilidade; além, de restabelecer relações de confiança e solidariedade entre os membros do sistema.

2. Percurso metodológico

O presente trabalho pode ser caracterizado como uma pesquisa qualitativa compreendida como “[...] um conjunto de práticas interpretativas, mas [que] não privilegia qualquer tipo de metodologia, inexistindo teoria ou paradigma que lhe seja próprio” (Luz, 2001: 95). Por meio desta, podemos ter a utilização de diversas metodologias para coleta e análise de dados como as análises de discurso e de conteúdo, bem como metodologias empíricas, como é o caso do estudo de caso, análise de

documentos ou a pesquisa-ação (Triviños, 1987).

No nosso caso, escolhemos como método o estudo de caso, uma vez que consiste na investigação em profundidade do objetivo, a partir da sua relevância diante determinado contexto, sendo este não muito definido, pois utiliza fontes diversas para seu conhecimento. No caso do SPG Orgânicos Sul de Minas a relevância em seu contexto se dá por ser uma estrutura organizativa de produtores agroecológicos que veem na agroecologia prática e resistência ao modelo vigente da agricultura convencional que ainda é significativa na região do Sul de Minas, onde se encontra. E também, para adentrar no contexto organizacional, utilizamos de entrevistas semiestruturadas. Tais entrevistas foram gravadas e transcritas, e os dados foram categorizados e apresentados quanto sua estrutura e análise.

As entrevistas foram realizadas não somente com integrantes da diretoria da Orgânicos Sul de Minas, mas também, com lideranças da organização que têm militância na agroecologia. Deste modo, foram realizadas seis entrevistas, três homens e três mulheres.

Para justificar a escolha de seis pessoas para serem entrevistadas com a proposta de paridade de gênero, resgatamos o contexto da composição da Orgânicos Sul de Minas. Em 2013, houve a certificação da produção orgânica de um grupo formado por 22 agricultores, sendo que destes, três eram mulheres. Atualmente, são 209 produtores com suas unidades produtivas certificadas, sendo que destas 52 tem como titular as mulheres. Ao analisar os cargos de tomada de decisão como a diretoria da Orgânicos Sul de Minas e outras esferas, as mulheres são 13 comparadas ao total de 47 homens. Historicamente, as mulheres são minoria dentro da Orgânicos Sul de Minas, por isso trabalhar a partir da paridade de gênero na escolha dos entrevistados objetiva dar visibilidade ao trabalho das mulheres na agricultura e em cargos de tomada de decisão. Assim, contribuímos para evidenciar a importância das mulheres nestes espaços para diminuir as desigualdades e alinhar com a proposta econômica solidária e agroecológica em prol do *Buen Vivir* (Carta Política V Plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2012: 27-30; Hillekamp, Guérin, Verschuur, 2014). Ainda que teoricamente o recorte de gênero não seja abordado no presente trabalho, vemos como importante tal enunciação na escolha dos entrevistados. No ano de 2019, entre seus grupos de trabalho, foi fundado o Grupo de Trabalho Mulheres, com o objetivo de tratar de questões que visam diminuir as desigualdades existentes entre homens e mulheres no campo; autonomia econômica e empoderamento feminino das mulheres rurais; e campanhas de combate à violência contra a mulher.

Os seis entrevistados foram, e são, lideranças ativas e estratégicas dentro da Orgânicos Sul de Minas. Buscando pessoas para serem entrevistas no convívio com diversas organizações e produtores, os seis foram apontados por muitos como pessoas indicadas para serem entrevistadas. No caso das mulheres, uma delas foi coordenadora do órgão responsável pela certificação participativa e, atualmente, é presidente da Orgânicos Sul de Minas. Outra mulher foi presidente da Orgânicos Sul de Minas e hoje é coordenadora da Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica, que será apresentado a seguir na caracterização do local do estudo. E a terceira mulher, é referência em produção orgânica e agroecológica na produção de cafés especiais. Entre os homens, dois são referências na produção orgânica e agroecológica há mais de 10 anos e estão entre os que tiveram as primeiras certificações de suas propriedades. E outro, é ex-presidente da Orgânicos Sul de Minas e coordena uma propriedade que desenvolve projetos de produção orgânica, agroecológica e permacultura.

Por meio das entrevistas, buscamos então saber: o que levou o/a produtor/a à produzir de maneira agroecológica ou orgânica; o que eles entendem por agroecologia e, caso remetesse à um estilo de vida, de que maneira isto ocorre; qual o diferencial da agroecologia para a agricultura convencional para além da questão do não uso de agrotóxicos; o que o Orgânicos Sul de Minas representa para cada um dos entrevistados; como acontece a responsabilidade solidária dentro do SPG Sul de Minas; à esse respeito, como se dá o processo de produção, comercialização e gestão da produção; o que os

produtores e as produtoras entendem por autogestão e se, pelos seus entendimentos, há tal prática dentro do SPG, e de que maneira ela acontece. Também buscamos compreender o que eles e elas entendem por economia solidária; quanto ao conceito de “desenvolvimento”, o que eles e elas têm como opinião sobre a questão econômica e agroecológica; e, por fim, o que representa para cada um deles a relação do ser humano com a natureza.

Como instrumento básico para interpretação dos dados, utilizamos a análise de conteúdo, considerada apta para trabalhos que abordem reconstrução e desconstrução de discursos, tanto na esfera político-ideológica, como na linguística (Bardin, 2006). Para melhor compreensão dos resultados, estes foram divididos em categorias de análise quanto a articulação entre o *Buen Vivir*, a Economia Solidária e a Agroecologia como práticas de resistência e alternativas à agricultura vigente que resultou nas seguintes categorias: 1) entendimento da agroecologia como modo de vida; 2) a valorização e conscientização da relação ser humano-natureza; 3) a sociossustentabilidade nas relações sociais e de produção; 4) saber local como resistência à agricultura convencional.

2.1. Caracterização do local de estudo: a Central de Associações de Agricultores Orgânicos do Sul de Minas

O SPG Sul de Minas surge em 2012 de uma mobilização de agricultores agroecológicos, com apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão de Minas Gerais (EMATER-MG) e do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimentos (MAPA), para o desenvolvimento de um projeto de fortalecimento da Agroecologia do Sul de Minas Gerais.

Entre as ações contempladas no projeto estavam o apoio à organização e constituição de uma rede agroecológica que possibilitasse a certificação participativa. Assim, a ideia se materializou com a constituição da Central de Associações de Agricultores Orgânicos do Sul de Minas, uma rede formada por diversas organizações de agricultores orgânicos e agroecológicos, conhecida pelo nome de Orgânicos Sul de Minas. Após ter seu Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) credenciado pelo Ministério da Agricultura, esta rede passou a desenvolver inúmeras ações buscando garantir a qualidade orgânica por meio da avaliação da conformidade, além de fortalecer os processos de produção, certificação e comercialização dos produtos produzidos pelos agricultores participantes da rede.

Atualmente são 14 grupos, sendo duas cooperativas, nove associações e três grupos informais, presente em cerca de 50 cidades que abrangem a região do Sul de Minas. São cerca de 200 famílias participantes com 212 unidades de produção certificadas. A comercialização acontece de diversas formas e espaços, mas o destaque é para a comercialização em conjunto realizadas pelas cooperativas, além das inúmeras feiras orgânicas que são realizadas na região.

3. Em busca do *buen vivir* via práticas e vivências do SPG Sul de Minas

3.1. Agroecologia como modo de vida

Ao se pensar em como ter a prática e o discurso do *Buen Vivir* temos, pelas entrevistas, que a Agroecologia é forma de buscar um modo de vida alternativo. Não somente referente ao modo de produção e manejo, mas voltado para a qualidade de vida, a ancestralidade dos saberes e, também, buscando o bem-estar da família, dos próprios produtores(as), dos consumidores e da natureza (Acosta, 2012; Almeida, 2009; Carta Política II ENA; Guzmán, 2006; Moraes e Sorrentino, 2017; Schmitt e Tygel, 2009), como nos aponta a Entrevistada 1:

Sou agricultora orgânica há mais de 20 anos, e o que me levou a produção orgânica é visando o bem-estar da nossa família que trabalha diretamente nas nossas lavouras, livre de agrotóxicos e também, visando uma sustentabilidade do solo, o meio ambiente e...pensando também em oferecer um produto de qualidade, um verdadeiro alimento para os consumidores que compram os nossos produtos.

Pensar em um viver bem, harmonizando o ser humano com a natureza, faz com que os entrevistados vejam na agroecologia uma “*filosofia de vida*” (Entrevistado 3). Tal filosofia, faz com que haja articulação entre fatores ambientais, culturais, sociais e econômicos que promovem uma organização socioeconômica contrária à proposta capitalista (Acosta, 2012; Arkonada, 2010; Choquehuanca, 2010; Mamani, 2010). Justamente por isto, a busca pelo *Buen Vivir* com enfoque na Agroecologia, tem na OSM a valorização de seus saberes (Mamani, 2010; Walsh, 2007) e a construção de um mundo, onde a cooperação e a solidariedade, sejam contrárias aos princípios da agricultura convencional (Assis, 2002; León, 2014; Pinto, 2006; Schmitt e Tygel, 2009; Schmitt, 2010).

Nesse sentido, o agricultor 3 nos remete à tal percepção quando diz que:

Ela (a agroecologia) é um movimento de uma sociedade consciente, de uma sociedade que pensa no presente, valoriza o passado e cuida do futuro. Então, eu acho que na minha vida [...] é uma mudança de consciência através da agroecologia, mudança da forma de produzir, da forma da gente organizar socialmente, da forma de lutar ambientalmente e dessa [...] Eu acho que a agroecologia é um modelo equânime de produzir não só alimentos, mas de produzir cultura, valorizar o homem do campo, esses conceitos de sustentabilidade, biodiversidade, esses pilares nos trazem paz, nos traz contentamento. Eu acho que a agroecologia para mim, se fosse para definir numa palavra, seria contentamento.

Ao se buscar vivenciar a Agroecologia o que se percebe é uma mudança na conscientização não só referente às práticas mais sustentáveis de produção, mas também que, viver a agroecologia, o *Buen Vivir* propõe o resgate e equilíbrio entre todos os seres (Almeida, 2009; Brasil e Brasil, 2013; León, 2014; MMC, 2018; Moares e Sorrentino, 2017). Além de buscar a equanimidade de organização na sociedade e na economia por meio da sociossustentabilidade, esta seria o chamado “contentamento” na fala do agricultor, onde, pelo meio em que vivemos, buscamos o nosso *Buen Vivir*, relacionando a sociedade, com a economia e a natureza, de forma solidária e coletiva (Acosta, 2012; Brasil e Brasil, 2013; Choquehuanca, 2010; Moraes e Sorrentino, 2017; Pinto, 2006), de acordo com a Entrevistada 2:

Eu acho que agroecologia é um modo de vida. E, porque eu não entendo simplesmente como uma teoria de como produzir alimento livre de veneno...eu acho que é mais amplo que isso, eu acho que é mais profundo que isso. Eu acho que é um modo de se cultivar uma vida né...em harmonia com aquele ambiente que a gente vive [...].

Essa busca pela qualidade de vida e prática do *Buen Vivir* na Agroecologia, faz com que tenhamos mais a promoção do equilíbrio na relação estabelecida entre ser humano e natureza (Almeida, 2009; Moraes e Sorrentino, 2017; MMC, 2018; Sabourin, 2014; Schmitt e Tygel, 2009), uma vez que esta é premissa para o alinhamento do *Buen Vivir*, junto à Agroecologia e à ES como resistência e alternativas ao desenvolvimento da agricultura convencional.

3.2. A natureza não depende do ser humano, mas o ser humano depende da natureza

Se a sociedade pretende em seu modo organizativo a prática do *Buen Vivir*, devemos ter a noção de

que, alinhando suas categorias aos limites postos pela natureza, evidenciamos um processo de conscientização sobre sua importância para que nossa sociedade continue a viver diante de múltiplos saberes e da cosmovisão (Acosta, 2012; Choquehuanca, 2010; Mamani, 2010) como um processo natural, conforme nos fala a Entrevistada 1:

Eu acredito muito num “ser superior”. Eu acredito muito que a gente é mais do que matéria. Então eu vejo assim que, ao praticar agroecologia, a gente ao invés de estar fazendo o mal para os outros seres, a gente está respeitando não somente todo um conjunto, mas a gente mesmo. [...] É um processo natural. Deus criou o céu, a terra, os mares, os animais, as aves, o homem, a mulher...Ele teve o seu tempo reservado para criar todos os seres. Eu acredito nisso e acho que tudo é possível ter uma relação naturalmente tranquila, sem complicação, tudo muito simples.

Esse respeito para com a natureza, reconhecendo-a como sujeito de direito, mostra que a prática da sustentabilidade promove o viver bem para a geração presente e das próximas também (Acosta, 2012; Choquehuanca, 2010; Mamani, 2010). A evidência na vida, no equilíbrio e na possibilidade alternativa de resistência da agricultura agroecológica pode ser presenciada na fala do Entrevistado 1:

Agroecologia trabalha com vida né?! Com solo vivo, com plantas vivas, microrganismos, minhocas, biodiversidade. E o convencional, no rótulo dos produtos está lá explícito, os ossos cruzados é a caveira...aquilo lá é a morte! Então, a gente é a busca por vida, por qualidade de vida em si. [...] A agroecologia, ela busca o equilíbrio. A pessoa tem que despertar isso nela, e assim, a desculpa que o mundo precisa da agricultura convencional, eu não sei se é válida, porque até hoje a agricultura convencional não conseguiu acabar com a fome.

As falas dos agricultores e agricultoras nos mostram como a prática da Agroecologia e do *Buen Vivir* alinhadas têm seu respaldo no processo de conscientização dos envolvidos quanto a importância da natureza, não só para a prática produtiva, mas também para o mantimento da vida num todo, colocando natureza e seres humanos em um mesmo plano (Moraes e Sorrentino, 2017; MMC, 2018; Sabourin, 2014; Schmitt, 2010; Schmitt e Tygel, 2009), como nos fala a Entrevistada 2:

Então, eu acho que primeiro de tudo, não somos duas coisas. O homem, o ser humano e, a natureza, meio ambiente. Eu acho que a gente é tudo parte de uma coisa só. Eu, ser humano, não sobrevivo sem o ambiente que eu vivo e aí, o ambiente que eu vivo inclui, a cidade, a natureza, inclui água, comida, ar.

Evidenciar a completude da relação do ser humano com a natureza mostra o quão importante é resistência e alternativa as práticas postas pela produção agroecológica, pois, buscando o bem viver da natureza, tem-se, consequentemente, o bem viver dos seres humanos, como é visto na fala do Entrevistado 2:

[...] a natureza e o ser humano têm que viver em harmonia né?! Afinal de contas, tudo sai da natureza né?! A água, o alimento, o ar, se isso tudo não tiver limpo, não tiver da melhor maneira possível, como que fica a vida no planeta? Como que fica a vida do ser humano, dos outros animais, das árvores, da vida que tem nos rios, nos mares? Então, a relação do ser humano com a natureza, tem que ser mais perfeita e harmoniosa possível. Porque, a natureza não depende do ser humano, mas o ser humano, depende da natureza.

A importância do equilíbrio, reciprocidade, harmonia e sustentabilidade na relação ser humano-

natureza não está presente apenas no âmbito da sociedade, mas também, nas estruturas organizativas de cunho econômico que promovem a valorização da natureza, do ser humano via solidariedade e cooperação, e, conseqüentemente, da socio sustentabilidade.

3.3. A socio sustentabilidade nas relações sociais e de produção

Vimos que, o intuito dos SPGs é promover as formas organizativas da agricultura familiar, enquanto alternativa e, ao mesmo tempo, resistência à agricultura convencional. Também, temos outra visão sobre a estrutura econômica dos SPGs, visto que, suas relações se baseiam numa responsabilidade solidária (Hirata, 2016; Leite, 2013; Thomson, 2015). Assim, tais princípios estão presentes no cotidiano do SPG Sul de Minas, a partir do momento em que temos a cooperação nas práticas agrícolas por meio dos aprendizados, como é apontado pela Entrevistada 3:

Eu acho que ela acontece a partir do momento em que você se dispõe a aproximar cada vez mais dos seus companheiros de grupo né, conhecer realmente a sua metodologia de produção, o seu manejo...eu acho que...o que tem de mais interessante no SPG é incentivar essa aproximação... Eu acho que, ao lado da responsabilidade, mais é o lado do desenvolvimento também, do aprender, porque, ninguém aprende sozinho.

O fato de, no final da fala anterior, estar claro que “ninguém aprende sozinho” mostra que o SPG tem sua construção de modo contínuo e solidário, onde não mais haja competitividade nas relações, mas sim uma busca conjunta para que todos alcancem o *Buen Vivir* em suas práticas agrícolas. Ou seja, a valorização das cadeias curtas de produção, não somente pela coletividade, mas por trazer para o cotidiano a prática da confiança, presente em todo o processo (Hirata, 2016; Leite, 2013; León, 2014; Sabourin, 2014; Thomson, 2015).

Sobre essa prática, o Entrevistado 3 diz que:

O sistema participativo, ele faz com que nós, agricultores, criemos espaços para gente se conhecer. E de certa forma, basear essa responsabilidade solidária em cima da confiança. Então, eu acho que essa confiança, essa troca de saberes, essas visitas, esses encontros, eu acho que eles embasam e dão suporte para a gente fortalecer essa responsabilidade solidária [...] E, eu acho que, todas as formas assim, geram uma confiança, porque, dificilmente você vai conseguir trabalhar num coletivo onde você não confia nas pessoas. [...] É, eu acho que o que diferencia é a questão do “porquê?” e “onde chegar?”, porque na minha visão, na agroecologia, a gente tem uma missão de beneficiar a todos, de forma mais solidária possível, como sistema de responsabilidade solidária, o benefício, ele também é solidário. Eu acho que o que diferencia é isso, é ... na agroecologia a gente procura cooperar com o outro e no convencional, a gente procura competir. E como você confia no seu competidor? Na pessoa que de certa forma quer te dar rasteira?.

A fala anterior evidencia a crítica do alinhamento entre o *Buen Vivir*, a Agroecologia e a ES fazem ao mostrar a controvérsia em se viver a Agroecologia e não a agricultura convencional. Enquanto a primeira promove a geração de trabalho e renda por meio de suas relações solidárias, a segunda mantém os princípios da Revolução Verde (Almeida, 2009; Assis, 2002; Sabourin, 2014; Schmitt e Tygel, 2009).

A responsabilidade solidária posta pelo SPG mostra o quanto há conscientização de todo processo produtivo, destacando a participação e a democracia-representativa nos processos de tomada de decisão (Hirata, 2016; Leite, 2013; Thomson, 2015). Justamente por promover a agricultura familiar e sua cadeia produtiva, temos pelos SPGs a autonomia dos agricultores em desenvolverem suas

práticas, como nos fala o Entrevistado 3, no sentido de mostrar que tais ocorrências seriam uma forma de autogestão:

Eu acho que ter autogestão, é a gente ter autonomia. Ter independência, para a gente decidir o nosso rumo, independente do que está se fazendo no geral. Então, é a gente acreditar e sermos os protagonistas da nossa história. Agora, no SPG como a gente trabalha num coletivo, eu acho que isso é bem notório, através das questões serem todas de maneira horizontal, onde todos contribuem para o sistema né...contribuem para o que de fato é importante fazer e a gente tem esse diálogo.

Assim, promover a ES dentro do SPG, é, principalmente ter a centralidade no ser humano e não no capital:

A economia solidária é a forma da gente nos manter é...sem valorizar somente o capital. Porque hoje, nesse sistema capitalista, consumista, o que é valorizado é o capital e não, o trabalho das pessoas, não é valorizada a cultura das pessoas, não é valorizado o meio ambiente, não é valorizado o homem do campo e também, não é valorizado o consumidor que, acaba comendo na maioria das vezes, desculpa a palavra, mas muitas porcarias. E eu acho que a economia solidária, é quando a gente trabalha de forma que o produtor se sente valorizado; ele não tem aquele dinheiro como, apenas um papel, apenas uma riqueza; mas é o fruto do seu trabalho (Entrevistado 3).

Podemos perceber que a autonomia e a valorização do agricultor estão alinhadas à valorização do saber local e de seu desenvolvimento, a partir do respeito e equanimidade que existe dentro da cadeia produtiva (Brasil e Brasil, 2013; França Filho e Laville, 2004; Nascimento, 2011; Pinto, 2006). Vemos que a autogestão se faz presente não apenas no nível macro, do SPG, mas também no nível micro, no cotidiano do agricultor, pois ele é o cerne em toda a cadeia produtiva do SPG, resultando na comercialização de seus produtos (Brasil e Brasil, 2013; França Filho e Laville, 2004; Nascimento, 2011; Pinto, 2006). Ou seja, na relação do produtor com o consumidor: “Economia solidária para mim, seria um comércio justo, onde o consumidor paga um preço justo pelo produto e, o produtor, o agricultor recebe um preço justo também” (Entrevistado 2).

A evidência nas relações sociais e de produção quanto ao conhecimento do consumidor sobre quem produz e de onde vem o seu produto, faz com que sejam praticadas as cadeias curtas de produção do SPG, além de fortalecer a prática da Economia Solidária (Brasil e Brasil, 2013; Moraes e Sorrentino, 2017; Nascimento, 2011; Sabourin, 2014; Pinto, 2006). Quanto a estar atrelada ao conhecimento, podemos evidenciar outra postura de resistência à hegemonia da agricultura convencional, por meio da decolonialidade do saber e do poder, valorizando saberes locais, tão presentes na agroecologia, e como princípio da ES.

3.4. Saber local como resistência à agricultura convencional

Se pelo *Buen Vivir* temos uma decolonialidade do saber, e, conseqüentemente, do poder, o que se busca é trazer na horizontalidade das suas relações a coletividade, por meio dos saberes (Walsh, 2007):

Os agricultores estão sempre com as porteiras abertas para receber, para passar as experiências que eles vêm já fazendo dentro da propriedade e também, receber, acatar as orientações, as experiências técnicas, então eu vejo que sim. [...] Quando eu comecei...eu vi ela falar sobre troca de saberes as primeiras vezes, eu fui observar o que ela queria dizer com aquela palavra “troca de saberes”! (Entrevistada 1).

O compartilhamento de experiências, mostra o quanto a organização do SPG evidencia e valoriza o saber local dos agricultores. Saberes estes construídos diante de uma vivência dos agricultores com a natureza, de modo que a prática se torne parte vigente da certificação (Acosta, 2009; Arkonada, 2011; Mamani, 2011; Moraes e Sorrentino, 2017), como nos fala o Entrevistado 1: “Então, as ferramentas que usamos, que são as visitas de pares e verificação, quando a gente dá aprimoramento técnico [...] Então, eu acho que se dá assim, a certificação participativa, a base é a confiança e não, a desconfiança”.

Fica evidente também que, pelo reconhecimento das práticas do SPG via legislação, temos o reconhecimento de entidades como o MAPA, que resgatam e enaltecem as práticas dos agrossistemas dentro da agricultura familiar, de modo a promover autonomia dos agricultores (Hirata, 2016; Leite, 2013; Thomson, 2015):

Nós não precisamos de pessoas formadas, acadêmicas para isso. O próprio projeto do MAPA é que o próprio agricultor certifique o outro. Por isso, essa solidariedade mútua tem que haver. E, também, essa responsabilidade, porque, se eu faço o certo e estou passando para o outro o que eu estou fazendo, são as experiências que estão dando certo [...] (Entrevistado 2).

A fala anterior ressalta que não se precisa de “pessoas formadas, acadêmicas” para que seja feita a certificação, mostrando que, além da valorização dos saberes locais, ocorre também um conflito entre pessoas de instituições legais e os agricultores; isto porque o SPG, baseado na solidariedade e confiança, tem nas chamadas certificações por auditoria, uma inversão de valores, pois há hierarquização dos saberes, bem como a negação do saber local e estabelecimento de relações assimétricas de poder (Acosta, 2009; Arkonada, 2011; Mamani, 2010; Moraes e Sorrentino, 2017; MMC, 2018; Pádua, 2001; Sabourin, 2014; Schmitt, 2010; Schmitt e Tygel, 2009):

Que vem um inspetor desconhecido, não sei de onde, que olha toda uma papelada que está anotado lá e dá uma olhada na sua propriedade e geralmente só no ano que vem que vai estar ali de novo. Eu acho muito mais seguro da maneira que se faz essa certificação participativa, em que todos participam o tempo todo entre si e dá uma segurança muito maior, uma credibilidade muito maior, porque estão todos vendo o que o outro está fazendo no dia a dia, e, todos são responsáveis uns pelos outros (Entrevistado 2).

A fala anterior destaca a resistência da valorização do saber local, visto que, a certificação participativa, traz maior credibilidade para a forma como o produtor lida com a terra. Outra questão relacionada ao saber é que na prática coletiva do SPG há promoção do equilíbrio na relação com a terra (Acosta, 2009; Arkonada, 2011; Mamani, 2010; Moraes e Sorrentino, 2017; MMC, 2018; Pádua, 2001; Sabourin, 2014; Schmitt, 2010; Schmitt e Tygel, 2009), como é apontado na fala da Entrevistada 3:

Você vai notar que todo produtor orgânico, agroecológico, mesmo que ele tenha essa preocupação de ganhar dinheiro, de conseguir pagar suas contas, de melhorar seu padrão de vida, de ter tecnologia, claro, lógico...mas assim, a relação dele com a terra, com a semente, é quase que uma paixão mesmo né?! Você vê que existe uma forma diferente de se relacionar com a terra, com o produto, com a relação do comércio.

Essas outras relações são formas alternativas em se mostrar a possibilidade de se ter outros modos de vida, organização e produção que são contrários ao modelo hegemônico, e também, por estes

serem estabelecidos na construção do viver do agricultor. Assim, temos que toda a vivência do *Buen Vivir*, pela Agroecologia e a Economia Solidária, acontece quando é estabelecida a equanimidade das relações entre ser humano e natureza, ligada às práticas agroecológicas e à socio sustentabilidade. Além de que, evidenciar a busca pelo *Buen Vivir* como prática, resistência e alternativa ao desenvolvimento da agricultura hegemônica promove não só uma outra prática para a agricultura, mas também, um novo modo de vida, que resgata a solidariedade e a autonomia em toda estrutura do SPG Sul de Minas.

Considerações finais

No presente trabalho buscamos demonstrar como a ontologia ética do *Buen Vivir* e as práticas da ES e da Agroecologia se aproximam como resistência e crítica ao modelo de desenvolvimento conferido à agricultura. Nas análises das entrevistas encontramos as seguintes categorias: entendimento da agroecologia como modo de vida; a valorização e conscientização da relação ser humano-natureza; a socio sustentabilidade nas relações sociais e de produção; e saber local como resistência à agricultura convencional. Vemos que, para além de uma organização voltada para a prática da agroecologia, quanto sistema de desenho e manejo da produção, o SPG Sul de Minas assume uma posição sociopolítica. Desse modo, por meio Agroecologia, os agricultores têm consciência de que a socio sustentabilidade promove o bem-estar desta e de futuras gerações. Consequentemente, viver a Agroecologia não só na produção, mas nas relações que a envolvem, promove o *Buen Vivir* alinhado também à Economia Solidária.

Da associação estabelecida entre o *Buen Vivir*, a Economia Solidária e a Agroecologia, percebemos que a relação ser humano-natureza para além de um modo de vida e de alternativa, resistência e crítica ao modelo da agricultura convencional quanto a comercialização, resgata e faz (re) surgir novos(?) modos de se organizar a produção, a gestão e a comercialização. Isso mostra que, principalmente com a valorização do ser local, há grande presença do multiverso e da cosmovisão. Com relação a Economia Solidária, a vivência da Agroecologia e do *Buen Vivir*, o SPG promove não somente canais curtos de produção e comercialização, mas também, a cooperação, solidariedade e participação no aprendizado, na gestão e na produção.

Neste sentido, para os estudiosos e as estudiosas das áreas da Economia Solidária, Agroecologia e de teorias decoloniais, como a ontologia ética do *Buen Vivir*, vemos como contribuições do presente artigo que a prática da Agroecologia transcende a questão produtiva, colocando-a como modo de vida e promoção da relação ser-humano natureza na economia. E de como as políticas públicas como os SPGs possibilitam canais de produção e comercialização que valorizam os agricultores familiares, modos alternativos de produção; resgatam a ancestralidade, valorizam os saberes locais e promovem a cooperação, solidariedade, participação e democracia na agricultura.

Pela limitação da estrutura do artigo, deixamos sugestões de estudos para serem retomados em futuras agendas: compreender a relação da Economia Solidária, da Agroecologia e do *Buen Vivir* pelas mulheres do SPG Sul de Minas, trazendo para a discussão teórica a Economia Feminista e Solidária; aprofundar a questão do saber local, de modo a relacioná-lo às formas de educação e formação alternativas e populares. E compreender, no caso do SPG Sul de Minas, a importância da organização para a promoção da soberania alimentar e nutricional, da relação ser humano-natureza, por meio de suas outras ações, como o OPAC.

Diante do objetivo do artigo e dos resultados apresentados nas análises, temos que a busca pelo viver bem não está alinhado à exploração dos bens materiais e da natureza; pelo contrário, baseia-se em outros valores como: código de condutas éticas, dentre eles os espirituais para a harmonia e sustentabilidade da relação dos seres humanos com a natureza; o conhecimento, visão de futuro em ser consciente quanto aos modos de produção, valorização do ser humano, entre outros. Trazendo para

o plano de uma filosofia de vida, a busca pelo *Buen Vivir* por meio da Economia Solidária e da Agroecologia, de modo a resgatar a ancestralidade organizacional pré-colonial-capitalista. Ao mesmo tempo, promove “novos” saberes e práticas de economia, sociedade e cultura, mostrando nessas alternativas, resistência e crítica ao desenvolvimento da agricultura convencional.

Referências

Acosta, A. (2012). O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. In Barbelt, D. D. (Org.), *Um campeão visto de perto. Uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro* (pp. 198-216). Rio de Janeiro, Brasil: HeinrichBöll-Stiftung.

Almeida, S. G. de. (2009). Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In Petersen, P. (Org.), *Agricultura familiar camponesa na construção do future* (pp. 67-86). Rio de Janeiro, Brasil: AS-PTA.

Arkonada, K. (2010). Descolonização e Viver Bem são intrinsecamente ligados. *IHU On-Line*, (340): 10-13. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/340>

Assis, R. L. de. (2002). *Agroecologia no Brasil: análise do processo de difusão e perspectivas*. (Tese de doutorado). Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP.

Brasil, F. S. y Brasil, M. S. (2013). Economia solidária, bem viver e decrescimento: primeiras aproximações. *Emancipação*, Ponta Grossa, (13), 93-104.

Brasil. (2009). *Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica*. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Instrução Normativa 019. Disponível em: <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLegislacaoFederal>.

Bardin, L. (1988). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70.

Choquehuanca, D. (2010). Hacia la reconstrucción del Vivir Bien. *América Latina em movimento*,(452), 9-13. Disponível em: <http://www.plataformabuenvivir.com/wp-content/uploads/2012/07/ChoquehuancaReconstruccionVivirBien2010.pdf>

Encontro Nacional de Agroecologia. (2006). *Carta Política do II ENA*. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2010/01/Carta_IIENA.pdf

França Filho, G. C. y Laville, J. (2004). *A Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre, Brasil: UFRGS.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária. (2012). Carta Política Final da V Plenária. In FEBS (Org.) *Relatório final da V Plenária de Economia Solidária do Brasil. Luziânia, FBES*, (pp. 27-31). Disponível em: https://fbes.org.br/wp-content/uploads/Acervo/Institucional/Documento_final_V_Plenaria_es.pdf.

Guzmán, E. S. (2006). El marco teorico de la agroecologia. In Guzmán, E. S. *Desde el pensamiento social agrario* (pp. 221-248). Córdoba, Argentina: Servicio de Publicaciones Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidade de Córdoba

Hillekamp, I.; Guérin, I. y Verschuur, C. (2014). Economie solidaire et théories féministes: pistes pour une convergence nécessaire. *Revista de Economia Solidária da Associação Centro de Estudos da Economia Solidária do Atlântico*, 7, 5-43.

Hirata, A. R. (2016). *A constituição do Sistema Participativo de Garantia sul de Minas e sua contribuição para a Agroecologia na região*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Lavras- UFLA.

Leite, R. M. (2013). *Dez anos de regulamentação da agricultura orgânica, experiência de sistema participativo de garantia, avanços, desafios e oportunidades da agroecologia e produção orgânica no Brasil*. Planeta Orgânico. Disponível em: http://planetaorganico.com.br/site/wp-content/uploads/2013/06/Dez_anos_de_Regulamentacao_da_Agricultura_Organica.pdf

León, M. (2014). Economía solidária y Buen Vivir: nuevos enfoque para una nova economia. In Euskadi, R. (Org.), *Sostenibilidad de la vida. Aportaciones desde la Economía Solidaria, Feminista y Ecológica*, (pp. 43-54). Bilbao: Reas Euskadi.

Luz, T. R. da. (2001). *Telemar-Minas: competências que marcam a diferença*. (Tese de doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG

Mamani, F. H. (2010). *Buen Vivir/ Vivir Bien: filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas*. Lima, Peru: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas- CAOI.

Moraes, F. C. de. y Sorrentino, M. (2017). Agroecologia, movimentos sociais e bem viver. In Sorrentino, M.; Raymundo, M. H. A.; Portugal, S.; Moraes, F. C. de; Silva R. F. da (Org.), *Educação, agroecologia e bem viver: transição ambientalista para práticas sustentáveis* (pp.153-148). Piracicaba, Brasil: MH-Ambiente Natural.

Movimento de Mulheres Camponesas – MMC. (2007). *Agroecologia: uma alternativa para a continuidade da vida*. Folder. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/site/>.

Nascimento, C. (2011). A autogestão e o “novo cooperativismo”. In Benini, E.; Faria, M. S. de; Novaes, H. T.; Dagnino, R. (Org.), *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia “solidária”*, Volume II (pp.91-100). São Paulo, Brasil: Outras Expressões

Pádua, J. A. (Relat.). (2001) Seminário preparatório ao Encontro Nacional de Agroecologia realizado no Rio de Janeiro nos dias 27 e 28 de julho de 2001. Rio de Janeiro, Brasil, agosto.

Pinto, J. R. L. (2006). *Economia solidária: de volta à arte da associação*. Porto Alegre, Brasil: UFRGS.

Sabourin, E. (2014). Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária. *Revista de Economia NE*, 45, 21-35.

Schmitt, C. J. (2010). Economia solidária e agroecologia: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis. *Mercado de trabalho: conjuntura e análise (Ipea)*, (4): 55-64.

Schmitt, C. J.; Tygel, D. (2009). Agroecologia e economia solidária: trajetórias, confluências e desafios. In Petersen, P. (Org.), *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro* (pp.105-128). Rio de Janeiro, Brasil: AS-PTA.

Singer, P. (2012). *Introdução à Economia Solidária*. 5.ed. São Paulo, Brasil: Editora Fundação Perseu Abramo.

Thomson, C. R. (2015). *Sistemas Participativos de Garantia: O caso da Associação Natural de Campinas (SP) - muito além do controle*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos- UFSCar. São Carlos, SP.

Triviños, A. R. S. (1987). *Introdução a pesquisa em ciências sociais: pesquisa qualitativa em*

educação. São Paulo, Brasil: Atlas.

Walsh, C. (2007). Interculturalidad y colonialidad del poder: un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In Castro-Gomez, S. y Grosfoguel, R.(Org.), *El giro decolonial: reflexione para una diversidad epistémica más alla del capitalismo global* (pp. 47-62). Bogotá, Colômbia: Siglo del Hombre Editores.

Enviado: 30/10/2018
Aceptado: 06/04/2020

Cómo citar este artículo:

Martins, M. y Hirata, A. (2020). Agricultura para o *buen vivir*: o estudo de caso da experiência agroecológica e econômica solidária da Central das Associações dos Agricultores Orgânicos do Sul de Minas. *Otra Economía*, 13(23), 87-104.